

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2009

(Do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos da crise financeira na área cultural.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de audiência pública com a finalidade de debater os impactos da crise financeira na área cultural, para o que sugerimos sejam convidados o Excelentíssimo Ministro da Cultura – Sr. Juca Ferreira –, o Excelentíssimo Presidente do Fórum de Secretários de Estado de Cultura – Sr. Daniel Queiroz de Sant'Ana, o Ilustríssimo Presidente da Funarte – Sr. Sérgio Mamberti –, o Ilustríssimo representante do Fórum Pró-Cultura de MG – Sr. Afonso Borges –, o Ilustríssimo representante do Instituto Pensarte – Sr. Leonardo Brant –, a Ilustríssima atriz Sra. Fernanda Montenegro, o Ilustríssimo representante da Associação de Produtores Independentes do Rio de Janeiro – Sr. Nilson Ramã – e o Ilustríssimo Presidente da Associação dos Produtores Independentes de São Paulo – Sr. Odilon Wágner.



CF29203900

JUSTIFICAÇÃO

Um dos maiores jornais do País publicou, no dia 6 de março último, matéria com o seguinte título: *“SOS cultura - Patrocinadores fogem da Lei Rouanet, governos têm verbas contingenciadas e eventos importantes são cancelados: um pacote emergencial pode sair do MinC”*.

Sem meias palavras, o repórter Jotabê Medeiros, d'O Estado de São Paulo, chegou a afirmar que *“O sistema de financiamento da cultura no País está perto da asfixia”*. Não há exagero: basta lembrar que a Petrobrás, a estatal que mais investe em cultura, anunciou a restrição e, em muitos casos, até mesmo a retirada completa de recursos já assegurados para projetos de 2009. Não foi a única a fazê-lo: há notícia de que outras estatais estejam no mesmo caminho, ou seja, que estariam “reavaliando” as concessões para este ano. O repórter denunciava que também os diversos níveis de Governo já “contingenciam” verbas para a área, comprometendo diversos programas e projetos. O próprio Ministério da Cultura teve 75% de seus recursos orçamentários retidos. O que a reportagem mostra é que se o orçamento direto do MinC, que tinha crescido cerca de 20% em relação a 2008, for efetivamente cortado, o ministério simplesmente perderá a capacidade de fazer investimentos este ano. O orçamento da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo também já encolheu para R\$ 534 milhões (foi de R\$ 540 milhões em 2008) e o município de São Paulo também fez contingenciamento de verbas para a área, comprometendo programas importantes como a *Virada Cultural*, que já teve seu orçamento cortado em 30%.

Nas empresas privadas o cenário não é diferente: as carteiras de captação de recursos via Lei Rouanet, principal mecanismo de fomento federal que funciona com recursos oriundos de renúncia fiscal, já se ressentem dos efeitos da crise, pois as empresas, nestes tempos incertos, por prudência têm preferido cancelar ou reduzir drasticamente os compromissos previamente agendados com os produtores culturais.



Os jornais desta semana noticiam que também o mercado editorial, com as restrições das linhas de crédito impostas pelos bancos e com maiores dificuldades para importar e exportar, já começa a sentir os efeitos da crise. De fato são diversas as áreas artísticas que podem ser afetadas pela alta na cotação do dólar (outro efeito da crise). No caso do cinema, por exemplo, o aluguel de equipamentos tende a encarecer e a programação de shows e exposições, com contratos e passagens pagos em moeda estrangeira, também se ressentem com a flutuação de preços das moedas.

Devido a esta conjuntura tão preocupante para a área cultural, de contornos e consequências ainda não totalmente delineados, propomos à Comissão de Educação e Cultura seja realizada, com urgência, reunião de audiência pública para que esta Casa possa debater não só os impactos da crise financeira internacional no setor cultural, mas também para que possamos encontrar maneiras de superar as consequências deletérias que já começam a prejudicar o bom andamento das atividades da Cultura em nosso País.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA



CF29203900

ArquivoTempV.doc

